

DS

ARTIGO

MOEDA ÚNICA DO MERCOSUL: SERÁ QUE PODEMOS ESPERÁ-LA EM BREVE?

No último dia 03, o embaixador argentino no Brasil, Daniel Scioli, fez voltar à tona a criação de uma moeda única para os países membros do Mercosul, mas engana-se quem pensa que este debate surgiu recentemente.

Para entender melhor a situação, podemos tomar como base a União Europeia que é, atualmente, o bloco econômico com o maior nível de integração regional e que adotou a Zona do Euro no início do século XXI, daí surgiram os primeiros debates sobre a criação de uma moeda única para o bloco econômico da América do Sul, tema que foi abordado no governo anterior de Lula e, também, pelo ex-ministro da economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes. O assunto também entrou em pauta em 2022 pelo recém-empossado ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em parceria com seu atual secretário-executivo na pasta, Gabriel Galípolo; juntos, os dois publicaram um artigo intitulado “Criação de moeda sul-americana pode acelerar integração regional”.

Sendo assim, é possível perceber que o assunto permeia a mente dos políticos sul-americanos há muito tempo, porém, nunca entrou oficialmente nas agendas de governo.

Mas antes de respondermos à pergunta que dá título ao presente artigo é necessário entendermos algumas coisas.

Blocos Econômicos são formas de integração regional que buscam facilitar o comércio e estreitar as relações entre os países-membros, assim, fortalecendo cada membro e ganhando relevância no Sistema Internacional, sendo que existem diversos níveis de integração que podem ir desde um simples acordo econômico até a dissolução de fronteiras, que permite a livre circulação dos cidadãos entre os países membros. Como citado anteriormente, o exemplo de maior integração regional da atualidade é a União Política e Monetária da Europa, a União Europeia, que representa este último nível de relações; entretanto, para que a ideia da Zona do Euro saísse do papel, foram necessárias amplas discussões e muito amadurecimento, por isso, passaram-se anos até que entrasse em vigor, sendo que, até hoje, a prática é discutida dentro do bloco; este nível de debate e planejamento nunca aconteceu entre os países da América do Sul, o que dificulta a implementação da ideia por aqui.

Mas a principal pergunta sobre o tema, talvez, seja: qual seria o objetivo dessa unificação monetária?

A resposta, segundo Scioli, é que a criação “significa uma unidade para a integração e o intercâmbio comercial em todo este bloco regional”, já para Haddad e Galípolo, segundo o que se lê em seu artigo “A criação de uma moeda sul-americana é a estratégia para acelerar o processo de integração regional, constituindo um poderoso instrumento de coordenação política e econômica para os povos sul-americanos”. Ou seja, a moeda comum poderia ser utilizada em transações comerciais feitas apenas entre os países do bloco, facilitando o intercâmbio de mercadorias, apesar de que o dólar já é utilizado para esta finalidade, hoje em dia.

Sob o ponto de vista do Direito Internacional os países do bloco sul-americano possuem histórias parecidas, mas políticas muito diferentes, tanto no âmbito fiscal, quanto monetário e econômico, ou seja, a ordenação dessas políticas levaria anos, já que este é um dos últimos passos em direção a organização máxima de um bloco.

Por fim concluo que a resposta à pergunta que dá título ao texto é que dificilmente este pensamento sairia do papel. Embora pareça uma ótima ideia à primeira vista, pois talvez fortalecesse o Mercosul, a criação de uma moeda única exigiria uma série de acordos, discussões, arrumações e concessões políticas, em níveis para os quais a América do Sul ainda não está madura o suficiente. Além disso, a ideia levanta mais uma série de questões, como quem emitiria a moeda, por exemplo, já que não existe um banco central do Mercosul e a sua criação levaria ainda mais tempo e debates.

Sendo assim, pode ser que o Mercado Comum do Sul venha a ter uma moeda única e uma integração regional altíssima, mas este momento está muito distante e dificilmente entrará em pauta oficial neste governo ou nos próximos.

Barbara Santos- Diretora de Redação do Lex Prime, bacharela em Relações Internacionais

JORNAL DIÁRIO DA SERRA Propriedade da AJOTA ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA CNPJ: 29.464.235/0001-16 Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78302-028 Tangará da Serra-MT	REDAÇÃO DIREÇÃO DE JORNALISMO Fabiola Tormes CONTATO ds@diariodaserra.com.br Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do DIÁRIO DA SERRA (65) 3326-4724 www.diariodaserra.com.br www.ds.jor.br
ISSN 22386467	
TIRAGEM 1 MIL EXEMPLARES CIRCULAÇÃO Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso. CENTRAL DO ASSINANTE (65) 3326.6501	DEPARTAMENTO COMERCIAL PUBLICIDADE ASSINATURA PUBLICIDADE LEGAL Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA SERVIÇOS GRÁFICOS E. Tormes e Cia. LTDA CNPJ: 14.048.123/0001-07 CONTATO: adm@diariodaserra.com.br Fone: (65) 3326-4724

Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997

Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W

Parque Mansões - CEP:78300-000

Tangará da Serra - MT - Brasil

f

www.facebook.com/jornalds

@diariodaserra

ANTIGO AUXÍLIO BRASIL

Caixa começa a pagar Bolsa Família de R\$ 600

Parcela de janeiro do Bolsa Família

Recebem primeiro os beneficiários com NIS de final 1

Agência Brasil

A Caixa Econômica Federal começou a pagar nesta quarta-feira, 18, a parcela de janeiro do Bolsa Família com valor mínimo de R\$ 600. Recebem os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 1.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,9 milhões de famílias, com um gasto de R\$ 13,38 bilhões. O valor médio recebido por família equivale a R\$ 614,21.

A partir deste mês, o programa social, que estava com o nome de Auxílio Brasil no governo anterior, volta a ser chamado de Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

Em publicação nas redes sociais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escreveu que a manutenção da parcela mínima segue o compromisso estabelecido entre o novo governo e o Congresso Nacional.

Já o pagamento do adicional de R\$ 150 para famílias com crianças de até 6 anos ainda não começou. Na semana passada,

o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias, afirmou que o valor extra só começará a ser pago em março.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

AUXÍLIO GÁS - Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em fevereiro.

SER FAMÍLIA

Famílias em situação de extrema pobreza terão direito a benefício de até 1 UPF

CAROL SANFORD / Secom - MT

O projeto de lei que cria o programa Ser Família foi aprovado pela Assembleia Legislativa na semana passada. Idealizado pela primeira-dama do Estado, Virginia Mendes, o programa destinará auxílio financeiro para compra de alimentos por famílias em situação de extrema pobreza, no valor de até 1 Unidade Padrão Fiscal (UPF).

“O programa Ser Família é uma oportunidade para as famílias de Mato Grosso, em situação de vulnerabilidade, garantirem o alimento na mesa. Com a nova regulamentação, o Governo de MT vai ampliar o atendimento com outros auxílios com o Ser Família Idoso, Ser Família Criança, Ser Família Inclusiva, Ser Família Indígena e Ser Família Mulher. Cada programa tem uma finalidade e todos têm o mesmo objetivo: dar qualidade de vida para as pessoas que mais

precisam. Estou muito feliz com a aprovação deste projeto que foi pensado com muito carinho”, disse Virginia Mendes.

Os repasses do Ser Família, conforme o projeto de lei, poderão ser mensais ou bimestrais, equilibrando as necessidades das famílias com a situação financeira do Estado.

A Setasc já iniciou o processo de licitação para contratação da empresa responsável pela administração dos cartões para a execução do programa.